

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 35
03/11/04 - 09/12/04**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Reconhecimento da China como economia de mercado pode ser revisto

Em reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado, o chanceler Celso Amorim respondeu as críticas de empresários e especialistas de que o reconhecimento da China como economia de mercado teria sido um grande erro. Amorim afirmou que o reconhecimento é um acordo político e não jurídico, que pode ser revisto caso os chineses não cumpram o que ficou acordado entre os dois países. Pelo memorando firmado com a China, esta se comprometeu, entre outros, a abrir seu mercado para a carne brasileira, a compra de aviões da Embraer e o dispositivo que prevê que os investimentos no Brasil sejam feitos na base de *joint-venture*. Na interpretação dos empresários brasileiros, com esse reconhecimento, seria mais difícil comprovar as práticas de *dumping* dos chineses que poderia ocasionar em uma invasão de produtos do país asiático. O ministro ressaltou que o Brasil não deixará de aplicar medidas compensatórias em casos de subsídios concedidos pelo governo da China. (O Globo – Economia – 03/12/04).

Empréstimo para o Haiti

Na audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado, o Comandante da Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, defendeu a permanência da força internacional no país caribenho mesmo que a crise interna fuja do controle. Por sua vez, o chanceler Celso Amorim, durante a mesma sessão, pediu aos parlamentares para que autorizem o Brasil a fazer um empréstimo ao Haiti no valor de US\$ 50 milhões. Segundo Amorim, esse empréstimo seria destinado à quitação de uma dívida de US\$ 50 milhões que o país caribenho possui com o

Banco Mundial (Bird), para que este possa liberar recurso na ordem de US\$ 150 milhões para a reconstrução do país. A primeira parcela a ser repassada pelo Bird ao Haiti seria, então, para pagar o empréstimo feito pelo Brasil, ficando os haitianos com o restante dos recursos. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/12/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/12/04; O Globo – O Mundo – 03/12/04).

Argentina e Paquistão se opõem à entrada de Brasil e Índia no Conselho de Segurança

Argentina e Paquistão, que não querem ter, respectivamente, Brasil e Índia como membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), declararam que a ampliação de membros não-permanentes no Conselho é “a única alternativa viável para uma reforma bem-sucedida”. Os dois países pediram ainda que as decisões, na ONU, sejam por consenso. Reagindo a essa manobra conjunta, o Itamaraty afirmou que a grande maioria da Assembléia Geral deseja a ampliação tanto dos membros permanentes quanto dos não-permanentes, e que se para atingir o quórum atual de dois terços já é difícil, futuramente o consenso seria impossível. Em sua campanha por um assento permanente no CS, o Brasil já tem apoio público de Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru, Chile, Equador e Venezuela, de todos os países de língua portuguesa da África e da própria África do Sul, de Índia, China e Japão e Austrália, entre outros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 03/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/12/04).

Amorim discute negociações de livre comércio em que o Brasil participa

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou que os acordos para as três frentes de negociações comerciais em que o Brasil está engajado simultaneamente, a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e Mercosul-União Européia (UE) devem sair no prazo de um ano e meio. Amorim ressaltou que essas três negociações têm influências recíprocas e que a principal é da OMC, porque ela pode corrigir as maiores distorções do comércio internacional. Por isso, seria arriscado, segundo o chanceler, comprometer certos interesses, nas outras negociações, sem saber o que se vai obter na OMC. Nesta, a estratégia dos diplomatas brasileiros será preservar o G-20 e não permitir que se volte ao esquema de antes de Cancún, em que os presidentes dos conselhos escreviam os textos de acordo as opiniões dos países desenvolvidos. Contudo, o chanceler disse preferir o G-20 restrito à área agrícola, com receio de que haja posições diferentes entre seus membros sobre temas industriais, por exemplo. Com relação às negociações com a UE, afirmou o ministro que já entrou em contato com o novo comissário europeu para o Comércio Exterior, Peter Mandelson, para tratar da retomadas das discussões. Os coordenadores das negociações dos dois lados - o brasileiro Régis Arslanian e o austríaco Karl Falkenberg – se reuniram no Rio no dia 03 de dezembro, para preparar as próximas negociações. (O Estado de São Paulo – Economia – 03/12/04).



Brasil não aceitará medidas de salvaguarda propostas pela Argentina

A pedido do Brasil, a reunião que trataria da negociação das salvaguardas adotadas pela Argentina a certos setores da economia, marcada para o dia 06 de dezembro, em Buenos Aires, foi adiada, pois o governo brasileiro definiu que não aceitará o acordo. A decisão, que partiu do próprio presidente Lula, rejeitou a proposta argentina por considerá-la contrária à integração comercial, base do Mercosul, e também por entender que já existe uma alternativa funcionando bem para estes casos, a comissão bilateral. Outro argumento utilizado foi a desfavorável situação às exportações, em razão das atuais taxas de câmbio do real, que se valorizou nos últimos dias. Ainda sobre a decisão, existem notícias que não confirmam a rejeição brasileira à proposta e ainda o adiamento da reunião. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, afirmou que propostas mais criativas devem ser efetuadas, como uma política industrial comum, *joint ventures* e financiamentos de compras governamentais, e que tais questões serão discutidas na reunião de Buenos Aires. O assessor de Assuntos Internacionais do Palácio do Planalto, Marco Aurélio García, por sua vez, disse que o governo brasileiro já tomou uma decisão consensual a ser discutida em Buenos Aires. Nos próximos dias, uma missão de técnicos brasileiros comunicará a decisão oficialmente à Argentina. O Brasil pretende resolver logo a questão para que nada interfira na reunião de cúpula do Mercosul, marcada para a próxima semana, em Ouro Preto. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/12/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 08/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/12/04; O Globo – Economia – 09/12/04).

Itamaraty propôs aumentar quadro de diplomatas

Nesta semana, o Ministério das Relações Exteriores apresentou texto que propõe mudanças nos quadros da instituição. As sugestões indicam a necessidade do aumento do número de diplomatas em quase 50% - de 980 para 1460 -, mudanças na admissão para o Itamaraty, abertura de 20 novas representações no exterior. O propósito das alterações é capacitar a diplomacia brasileira frente às atuais exigências de representação internacional, para que o Brasil tenha uma atuação ativa e de liderança na Organização Mundial do Comércio (OMC) e para que o país alcance a influência desejada na reforma da Organização das Nações Unidas (ONU). A mudança deve ser aprovada pelo Congresso para entrar em vigor. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/12/04).

Lula foi a Cuzco para lançamento da Comunidade Sul-americana de Nações

No dia 07 de dezembro o presidente brasileiro viajou a Cuzco, no Peru, para o lançamento da Comunidade Sul-americana das Nações. A reunião, assinalada

pela ausência dos outros três representantes do Mercosul, foi marcada por desconfianças quanto à realização efetiva do projeto. A Comunidade é a cristalização da união política dos países sul-americanos, vista pelo país como uma porta de entrada para a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) e parte da integração econômica entre o Mercosul e os países andinos, contando com 35 projetos de infra-estrutura, como a construção da transoceânica, ligando o Acre aos portos peruanos. Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Comunidade significa a União da América do Sul, tendo como pilares o diálogo político, a integração econômica e comercial e a integração de transportes, energia e comunicações. Apesar disso, o presidente Lula foi alvo de críticas por parte dos presidentes do Chile, Venezuela e Colômbia, que reclamaram do excesso de reuniões, que culminam em pouca prática. Destacaram ainda que a integração regional ainda é discurso, Lula, por sua vez pediu calma a estes chefes de Estado e afirmou que seu governo tem efetuado grandes esforços em prol desta meta. Em seis meses, uma nova Conferência deverá ser realizada. (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/12/04; Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/12/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 07/12/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 08/12/04; O Estado de São Paulo – Economia – 06/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 08/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/12/04; O Globo – Economia – 09/12/04).

Brasil fabricará genéricos em países pobres

O governo alemão anunciou nesta semana que pretende financiar a construção de fábricas brasileiras de genéricos nos países mais pobres do mundo. Em fevereiro, Brasil e Alemanha farão a primeira reunião sobre o tema. O Brasil já negociou a fabricação de medicamentos anti-retrovirais em países da África e da América Latina. O objetivo é diminuir os custos governamentais com esse tipo de remédio e auxiliar no tratamento de pessoas com AIDS. (O Estado de S. Paulo – Vida & – 05/12/04).

Brasil participa de reunião sobre mudanças climáticas em Buenos Aires

Iniciou-se no dia 06 e se estenderá até dia 17 de dezembro, em Buenos Aires, a 10^a. Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-10), que conta com a participação de 194 países, entre eles, o Brasil. Esta é a primeira convenção após a ratificação do protocolo de Kyoto, que entrará em vigor em fevereiro de 2005. A reunião, que debate a minimização do impacto do aquecimento global, marca-se pelas acusações dos países em desenvolvimento aos desenvolvidos, por estes não reduzirem as emissões de gases e por não aderirem às novas medidas de controle. O Brasil divulgou levantamento realizado entre 1990 e 1994 que responsabiliza o país por 3% das emissões globais de gases causadores do efeito estufa, estando o país entre os dez maiores emissores do mundo. Especialistas acreditam que protocolo de Kyoto trará ao Brasil vantagens na área social e no desenvolvimento sustentável. O acordo prevê a negociação de cotas excedentes atingidas por alguns países a outros que não atingiram suas metas,

e assim, o Brasil poderá se beneficiar de investimentos estrangeiros. Quanto à comercialização de contratos de créditos de carbono, o governo anunciou para o segundo semestre de 2005 o início dos negócios que renderão recursos financeiros ao país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/12/04; Folha de S. Paulo – Ciência – 08/12/04; O Estado de S. Paulo – Vida& – 05/12/04; O Estado de S. Paulo – Vida& – 06/12/04; O Estado de S. Paulo – Vida& - 07/12/04; O Globo – Ciência 07/12/04, O Globo – Ciência – 09/12/04).

Brasil lançará oficialmente candidatura à OMC

No dia 10 de dezembro, o governo brasileiro lançará a candidatura oficial do embaixador Luis Felipe de Seixas Correa à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC). (O Estado de S. Paulo – Economia – 06/12/04).

Pirataria no Brasil perturba EUA e UE

Os Estados Unidos anunciaram, no dia 06 de dezembro, um prazo de quatro meses para que o Brasil contenha a pirataria. Os Estados Unidos, que já haviam avisado em junho que examinarão o problema, poderão aplicar sanções, fazendo com que o Brasil deixe de exportar o equivalente a US\$ 2,5 bilhões livres de impostos e taxas alfandegárias. Esse valor representa 14% das vendas, beneficiadas pelo Sistema Geral de Preferências (SGP), feitas pelo Brasil aos Estados Unidos no ano passado. Segundo o Escritório de Comércio da Casa Branca, “tem havido desenvolvimentos positivos no Brasil na luta contra a pirataria, incluindo o relatório da CPI da Pirataria e alguns êxitos moderados em casos cíveis de violação dos direitos autorais, além de uma melhoria no diálogo e intercâmbio de informações sobre o assunto por meio do Comitê Bilateral de Consultas EUA-Brasil. No entanto, os detentores de direitos autorais dos EUA argumentam que eles continuam a sofrer perdas substanciais devido à pirataria”. A União Européia (UE), por sua vez, divulgou “lista negra” das nações consideradas prioritárias para o combate à pirataria, e o Brasil encontra-se nessa lista. Foi sugerida a intensificação de acordos de cooperação e, caso estes não fossem efetivos, a aplicação de sanções comerciais a esses países, o que poderia incluir restrições às exportações das nações da lista. Os setores considerados mais problemáticos no Brasil são os de *copyright*. O governo brasileiro defende a retirada do Brasil dessa lista, uma vez que tem tomado medidas para a diminuição e erradicação do problema no Brasil. (O Globo – Economia – 07/12/04; O Globo – Economia – 09/12/04).